

Desenvolvimento Industrial Recente na América Latina: Estudo Comparado entre México e Brasil

Fernanda Boldrin de Paiva

Tyago Driemeyer¹

Resumo: O presente estudo busca analisar diferentes padrões do desenvolvimento industrial recente na América Latina, especificamente compreender a desindustrialização precoce no Brasil quando comparada a um país que não apresenta essa mesma tendência, o México. Procura-se trazer perspectivas teóricas sobre desindustrialização a fim de melhor compreender o fenômeno. Outrossim, elencar-se-á dados e estatísticas que concernem à macroeconomia, ao PIB e ao setor industrial dos países selecionados, com o objetivo de identificar as causas e condicionantes dos fenômenos em questão. Por fim, busca-se analisar fatores históricos e políticos que contribuem para essa divergência, considerando o crescimento relativo do setor industrial no PIB mexicano e atrofamento do mesmo no Brasil na última década.

Palavras-chave: Brasil. México. América Latina. Indústria. Desindustrialização. Macroeconomia.

¹ Graduanda e graduando do 7º e 8º semestres, respectivamente, de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

Este artigo foi produzido com o intuito de contribuir para os estudos sobre o desenvolvimento econômico do Brasil. O trabalho tem como objetivo analisar e comparar as duas maiores economias da América Latina, a brasileira e a mexicana, focando nos aspectos de industrialização e desindustrialização presentes, a fim de confirmar, ou não, e elucidar as principais causas e determinantes dos fenômenos. O problema de pesquisa consiste em por que, apesar de uma similaridade histórica e de formação econômica, os processos industriais contemporâneos do Brasil e do México apresentam tendências opostas. Parte-se da hipótese de que condicionantes econômicos, como a composição da indústria, e geográficos, como a proximidade do México com os Estados Unidos, promovem tal diferenciação.

Este artigo visa uma perspectiva histórica/econômica e está organizado da seguinte forma: a próxima seção apresenta as teorias e os conceitos utilizados para a construção do artigo, a partir de uma perspectiva majoritariamente cepalina sobre temas de economia e economia política, como industrialização, desenvolvimento, dependência e desindustrialização. Na terceira seção é apresentada a trajetória histórica da indústria brasileira, sua situação atual e as discussões sobre o fenômeno de desindustrialização ocorrido; a quarta seção, que apresenta o caso mexicano, visa primariamente opor-se à experiência brasileira, visto o não-acontecimento da atrofia do setor industrial; uma síntese do que foi previamente descrito e as principais divergências e convergências entre os diferentes processos está na seção cinco. Na sexta seção estão as considerações finais do artigo.

2 Teoria e Conceitualização

Esta seção tratará das teorias e das formulações de conceitos acerca da industrialização, do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e da dependência e da desindustrialização, respectivamente. Também discorrer-se-á brevemente sobre o histórico econômico da América Latina focado nesses aspectos. Tais digressões servirão para elucidar os termos utilizados e os planos de fundo nos quais se situam, seja na sua generalidade (supostamente global/universal), ou nos casos específicos à presente análise (América Latina).

2.1 Industrialização

“A revolução industrial marca a transformação mais fundamental da vida humana na história do mundo registrada em documentos escritos” (HOBSBAWM, 1968, p. 13). O conceito de industrialização não é normalmente sujeito a controvérsias, dado o amplo estudo advindo de sua importância histórica. De qualquer modo, há certas diferenciações que devem ser feitas: o conceito clássico de industrialização afirma que a mesma se constrói como um dos elementos inserido em um contexto de mudança social sistêmica, junto com a urbanização e a racionalização. Economicamente falando, trata-se da evolução da divisão do trabalho generalizado à diferenciação social (WALTON, 1987). Essa concepção é claramente baseada nas primeiras experiências europeias e norte-americanas de industrialização, não condizente com aquelas ocorridas no terceiro mundo. Para essa última, utiliza-se de Celso Furtado (1961) e seu conceito de industrialização induzida, descrita como um projeto intencional do Estado, que utiliza da intervenção, do planejamento e do protecionismo. Para Furtado, como se verá mais adiante, a industrialização é o principal caminho para a superação do subdesenvolvimento (PEREIRA, 2005).

Levet (2012), ao preocupar-se com a desindustrialização francesa, elenca algumas das vantagens da criação ou, no caso, da manutenção da indústria. Primeiramente, salienta a conexão com a pesquisa e o desenvolvimento, considerando que 80% da pesquisa e da inovação tecnológica estão concentradas no setor industrial; também enaltece suas externalidades, entre elas a criação de empregos mais qualificados e, portanto, melhor remunerados. Os ganhos de produtividade advindos desse setor permitem alimentar o crescimento da economia mais eficientemente através de um maior multiplicador keynesiano, sendo capazes de amenizar o crescimento, se não reduzir, das taxas de endividamento tanto públicas quanto privadas (LEVET, 2012).

Para algumas vertentes da teoria econômica, o próprio crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), através de toda história do capitalismo, só foi possível, ao menos de forma sustentada, quando impulsionado por um intenso processo de industrialização. Observa-se empiricamente que a elevação da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão a potências econômicas resultou de processos acelerados de industrialização, liderados pelo Estado. Nota-se também o crescimento anormal

da própria economia brasileira pós-anos 1930, que coincide com a industrialização nascente advinda da política de substituição de importações (LOURES; OREIRO; PASSOS, 2006).

2.2 Desenvolvimento, Subdesenvolvimento e Dependência

Em relação à América Latina, as principais obras tratando de subdesenvolvimento advêm de autores cepalinos como Fernando Henrique Cardoso, Raúl Prebisch e Celso Furtado. O primeiro considera a situação de desenvolvimento como nascente da própria relação entre sociedades “periféricas” e “centrais”, quando, após o advento do capitalismo industrial, as diferentes economias existentes foram conectadas a um mesmo mercado, havendo, portanto, não apenas uma diferenciação de etapa (em que um país está mais avançado e outro mais atrasado, porém na mesma “corrida”), mas sim uma diferença de função e de posição dentro de uma estrutura de produção e de distribuição mundial (CARDOSO; FALLETO, 1970).

Furtado (1961) partilha de uma concepção semelhante. Para ele, o subdesenvolvimento é subproduto do desenvolvimento, ou seja, também é determinado pelas relações estruturais históricas de acordo com a evolução do capitalismo europeu (PEREIRA, 2005). Em oposição às teorias clássicas de desenvolvimento – as quais afirmam que a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento se dá a partir de mudanças no padrão da demanda dos consumidores, da necessidade de acumular capital físico e humano e de habilitar o acesso a fontes de tecnologia e comércio internacional –, Furtado (1985) afirma que o desenvolvimento (com grande foco na indústria) ocorreu com grande intensidade após a crise de 1929 e as múltiplas políticas de substituição de importações, havendo, portanto, importante papel do governo na proteção dos setores industriais nascentes (inclusive países de tradição liberal como a Argentina). Esse cenário otimista e favorável em que se encontravam as economias latino-americanas acabou por não concretizar as projeções de prosperidade devido, de acordo com Cardoso e Faletto (1970), à falta de medidas necessárias para que se fosse garantido o desenvolvimento, ou ao fato de que as medidas que foram tomadas não tiveram êxito.

Outro fator salientado por Furtado quando se visa o afastamento da dependência é a aquisição e formação do centro de decisão econômico. Esse define-se

como um centro composto por grandes empresas e pelas agências do governo (no sentido concreto e/ou abstrato), dotado de autonomia para o planejamento e direção da economia. Além deste, inclui-se a criação do próprio setor dinâmico interno que, quando combinado ao centro de decisão, possibilitaria o crescimento auto-sustentado (CARDOSO; FALETTTO, 1970). No Brasil, a aquisição desse centro se deu graças ao projeto último de defesa ao produto de exportação, o café, através da desvalorização, criando assim, mesmo que não deliberadamente, as condições favoráveis ao surgimento da indústria (FURTADO, 2003). Tal aquisição, portanto, foi essencial para o domínio nacional de setores estratégicos como a siderurgia e a indústria petrolífera, possibilitando o desenvolvimento industrial (SARAIVA, 2015).

2.3 Desindustrialização

O conceito de desindustrialização em si, assim como o de industrialização, mesmo que mais recente, é mais aceito. Trata-se da diminuição, absoluta ou relativa, do emprego de trabalhadores no setor industrial e da contribuição do mesmo na composição do PIB (BOST; MESSAOUDI, 2017).

O debate existente está pautado sobre as verdadeiras causas do fenômeno. Por tratar-se de um processo inicialmente observado nos países europeus e nos Estados Unidos, as primeiras obras que abordam o assunto pouco servem para a análise de outras regiões como a América Latina. Consideram-se, correntemente, três teorias para o advento da desindustrialização (SAEGER, 1997): a mais comum, é de que a desindustrialização seria uma continuação natural do capitalismo, que, assim como se passou de economias agrárias para economias industriais, dessas últimas passaria-se para economias de serviço, o que ficou conhecido como sociedades pós-industriais.

A segunda visão está de certa forma ligada à primeira. Essa segunda afirma que a integração das economias Norte-Sul causou o deslocamento das indústrias para os países munidos de mão-de-obra mais barata, restando aos desenvolvidos o desempenho dos setores de alta tecnologia, patentes, serviços e finanças (dita sociedade pós-industrial). Funções essas que são consideradas por alguns como supervalorizadas, e essa supervalorização, por sua vez, demasiada e insensata. Esses

argumentos afirmam que tais setores são concentradores de renda, aumentando a desigualdade econômica e causando a perda da cadeia de produção nacional para o exterior (BOST; MESSAOUDI, 2017). Essa teoria, ao determinar que haverá uma nova divisão internacional do trabalho, levaria à mesma conclusão da primeira de que a desindustrialização se configura como natural aos países desenvolvidos (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999).

A terceira teoria tem um caráter mais conjuntural. Ela afirma que a desindustrialização advém de uma mudança repentina na disposição de recursos de um dado país (como a descoberta de petróleo, por exemplo) levando ao deslocamento das exportações de bens manufaturados para bens intensivos em recursos, atrofiando o setor industrial. O fenômeno descrito comumente leva o nome de “doença holandesa” na teoria de economia internacional (SAEGER, 1997).

Como se verá adiante, o caso latino-americano (especificamente o brasileiro) não se encaixa plenamente em nenhum dos três cenários. Nos dois primeiros, por não se tratar de países desenvolvidos e no último por não apresentarem, generalizadamente, aumentos significativos repentinos do setor de bens primários. Salienta-se, na diferença entre a América Latina e os países desenvolvidos, que o atrofiamento do setor manufatureiro na América Latina ocorreu quando atingiu-se níveis de renda que não chegam a uma fração daqueles atingidos pelas economias avançadas, fenômeno esse chamado de desindustrialização precoce (RODRIK, 2015).

Alguns autores tentaram responder à falta de explicações para o caso latino-americano. Uma das hipóteses seria de que a maioria dos países latino-americanos não adquiriram tamanho, diversificação e plasticidade suficiente no seu setor industrial para que fosse capaz de enfrentar as condições financeiras e comerciais adversas na segunda metade do século XX (SALAMA, 1988). Outros, com uma abordagem menos restringida, responsabilizam o setor financeiro, as grandes empresas e os governos com esses coniventes. Eles haveriam, por sua vez, acarretado na desregulamentação, na flexibilização e na rentabilidade financeira (LEVET, 2012), priorizado a conquista de confiança internacional e de um mercado propício à absorção de *commodities* e matérias-primas, sacrificando o investimento em infraestrutura, utilizando-se de altos juros e tributação (LOURES; OREIRO; PASSOS, 2006).

3 Caso Brasileiro

Esta seção tratará do caso da indústria brasileira que, desde meados da década de 1980, vem sofrendo decrescimentos em sua participação na composição do PIB brasileiro. Segundo Almeida (2005), essa queda da participação da indústria é decorrência da crise inflacionária dos anos 1980, bem como, de políticas de contenção que visavam combater a hiperinflação que se fez presente durante toda a década. Nos anos de 1990, com as políticas de abertura comercial, houve uma intensificação nesse processo, que será abordado após uma breve contextualização histórica do processo de industrialização brasileiro (ALMEIDA, 2005).

3.1 Industrialização no Brasil

Na década de 1930, com o início do mandato de Getúlio Vargas, o Brasil começou a vivenciar uma fase desenvolvimentista, protecionista e nacionalista, na qual o Estado desempenhava um papel importante na economia (SANTOS, 2009). Como referido no capítulo anterior, o modelo de industrialização baseado na substituição de importações foi adotado, não só pelo Brasil, mas também por vários países que iniciavam seus processos de desenvolvimento industrial. Tal tentativa de industrialização se fortaleceu, principalmente, por volta da década de 1940 com a Segunda Guerra Mundial, quando surge a necessidade de existir uma oferta doméstica de insumos e máquinas, pois grande parte das indústrias dos países centrais estava comprometida. Outrossim, nesse período, o governo passa a conduzir o processo, principalmente, através do uso de vários instrumentos, dentre eles, a seletividade no mercado cambial (VIANNA; VILLELA, 2011). Suas bases estavam pautadas na elevada proteção das indústrias, no fornecimento de crédito para implementação de novos projetos e em um aumento na participação direta do Estado na economia (GIAMBIAGI, 2005 *apud* SANTOS, 2009).

Em 1947, com o final da Segunda Guerra Mundial, foi instituído o sistema de controle de importações, que foi de grande importância para o crescimento industrial no pós-guerra (VIANNA; VILLELA, 2011). Além disso, propiciou a ocorrência de períodos de crescimento significativos, como o milagre econômico (1968-1973), que segundo Giambiagi (2005 *apud* SANTOS, 2009), evidenciou um crescimento do PIB de cerca de 11% ao ano. Graças a essa política, a taxa de

câmbio mantinha-se sobrevalorizada, o que propiciava a instalação de medidas discriminatórias sobre a importação, especialmente de bens de consumo não essenciais.

Tais medidas representavam

um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção cambial dupla, tanto do lado da reserva de mercado como do lado do custo de operação. Essa foi basicamente a fase da implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável (TAVARES, 2011, p. 99).

Em consequência disso, os dez anos subsequentes foram de forte expansão do PIB. A taxa de investimento média da economia aumentou consideravelmente, refletindo o avanço do processo de industrialização, bem como a expansão dos investimentos públicos no setor de infraestrutura. Entre 1951 e 1955, houve uma perda no ritmo das exportações e importações que cresciam, anteriormente, a taxas médias anuais significativas. Isso era um reflexo da queda das receitas de café e do avanço do processo de substituição das importações, no qual a economia voltava-se cada vez mais para dentro (VIANNA; VILLELA, 2011).

Entre a década de 1950 e 1960, destaca-se os esforços do presidente Juscelino Kubitschek para acelerar o processo de industrialização, através de pesados investimentos públicos e privados no setor industrial e de infraestrutura, contidos no Plano de Metas. Os focos estavam na instalação de indústrias do setor de bens duráveis, como a automobilística. Graças a esses esforços, o país viveu o ápice do desenvolvimentismo. No período de 1957 a 1960, o PIB brasileiro cresceu uma média de 9,4% ao ano. Em 1961, no breve governo de Jânio Quadros, a economia cresceu 8,6%, ainda com os resultados positivos do Plano de Metas de Juscelino (VIANNA; VILLELA, 2011).

De 1964, com a instalação do Regime Militar, até 1967, houve uma fase marcada pelo enfrentamento do processo inflacionário, do desequilíbrio externo e da estagnação da economia. Nesse período, importantes reformas estruturais, incluindo do sistema financeiro e do mercado de trabalho, foram executadas. O PIB crescia cerca de 4,2% ao ano e a economia comportava-se de maneira desregulada com avanços e estagnações. Já entre 1968 e 1973, período conhecido como Milagre Econômico Brasileiro, o cenário brasileiro enfrentava uma política monetária

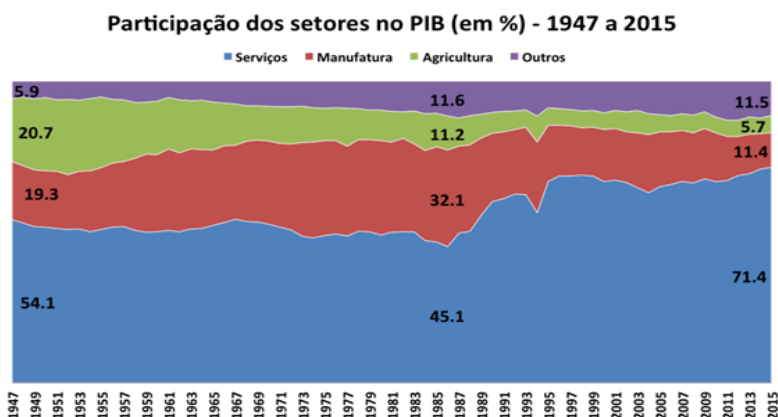
expansiva e a economia apresentava um crescimento vertiginoso, com uma média de crescimento do PIB de cerca de 11,1% ao ano, baixa na inflação e, no entanto, com um aumento expressivo do endividamento externo. Nota-se o comportamento das exportações e importações nesse período, que cresceram em 275% e 330%, respectivamente. Destaca-se, também, as exportações de bens manufaturados que sofreram um aumento de 639% nesse período (HERMANN, 2011).

3.2 Desindustrialização Brasileira

A partir dos anos 1980, em decorrência do endividamento externo e das políticas de contenção criadas para combater a ameaça de hiperinflação que se apresentou durante toda a década, iniciou-se a queda da participação da indústria na economia brasileira. Embora a queda inicial tenha sido pouco significativa, ela é considerada a precursora para o retrocesso maior que viria nos anos finais de 1980 e, principalmente, no decorrer dos anos de 1990 (ALMEIDA, 2005).

O processo supracitado teve prosseguimento durante toda a década de 1990, atravessando os governos Sarney, Collor e Franco, e existiu até 1998. As políticas de abertura do período, carregadas de falhas, acarretaram na sobrevalorização da moeda nacional, o que somado às demais políticas de contenção da inflação, corresponderam a uma perda do peso industrial no PIB brasileiro, que somente seria contida com a desvalorização do Real de 1999 (ALMEIDA, 2005).

Figura 1 – Participação dos setores da economia no PIB brasileiro



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016.

Como resultado desse processo e da chamada “década perdida”, temos uma queda da participação da indústria no PIB de 32,1% em 1986 para 19,7% do PIB em 1998. Outrossim, em 2015, a participação industrial no Produto Interno Bruto brasileiro era de 11,4%, ou seja, 7,9 pontos percentuais menor do que quando foi instituído o sistema de controle de importações em 1947. Considerando-se o relativamente curto período de tempo em que esse processo se desenrolou, podemos perceber o desencadeamento de um processo de desindustrialização, um pouco diferente dos padrões, uma vez que se manteve uma considerável diversificação industrial, apesar da perda de alguns segmentos, como o automobilístico, e de alguns elos de cadeia importantes para a industrialização contemporânea. Houve, no entanto, a preservação de setores de tecnologia de ponta, da capacidade de ampliação de sua produtividade, bem como de sua capacidade exportadora (ALMEIDA, 2005). Segundo Salama (1988, p. 991), “A diminuição do peso relativo da indústria no total das riquezas produzidas é claro, aparentemente durável e indica *a contrário* um aumento relativo do setor primário”.

Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2009), ao se analisar as exportações no período de 1997 a 2008, observa-se que a exportação de bens primários nesse período cresceu 366%, enquanto a de manufaturados cresceu apenas 244%. Além disso, as importações de produtos primários aumentaram 26% nesse mesmo período, já as de bens industrializados cresceram 126% (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009).

Ao comparar a participação, por setor, do valor agregado no valor total da produção industrial nas fases de 1996-2002 e 2003-2007, a qual corresponde ao período de elevação dos preços das *commodities*, temos, segundo a Pesquisa Industrial Anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que houve um decrescimento da participação do setor manufatureiro de 12,7%, enquanto o setor de primários e derivados teve um crescimento de 2,3%. Ao considerarmos apenas manufaturados de média-alta e alta tecnologia, temos uma queda ainda mais significativa de 14,4% (IBGE, 2008 *apud* BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009).

4 Caso Mexicano

Até o início do século XX, a economia mexicana resumia-se à produção agrícola. A política atendia somente aos interesses dessa pequena aristocracia que dominava a maior parte das terras e a maioria da população ainda residia em zonas rurais. Grande parte dos autores reconhece que a industrialização mexicana só teve início no final do século XIX e começo do século XX. Embora o processo tenha se intensificado com a Segunda Guerra Mundial, quando foi instituído um modelo de substituição de importações, estudos feitos sobre esse processo indicam que 75% da expansão da produção industrial de 1940 a 1945 só foi possível devido ao funcionamento contínuo das máquinas já instaladas anteriormente a esse período, o que comprova a existência de um significativo setor industrial antes da guerra para que se desencadeasse essa condição (HABER; VARELA, 2016).

Na década de 1950, a economia mexicana cresceu mais do que nos 30 anos anteriores a esse período (KEHOE; MEZA, 2012). Entre 1932 e 1980, o PIB mexicano cresceu num ritmo médio de 5,9% ao ano (CÁRDENAS, 2015). Os padrões de desenvolvimento mexicanos dos anos 1950 e 1960 correspondiam a um regime sólido, com taxas de crescimento altas, baixa inflação e aumento da renda per capita. Vale ressaltar que esse crescimento vertiginoso esteve sempre acompanhado de medidas protecionistas (KNIGHT, 1992). Em meados do século XX, a indústria já desempenhava um importante papel na economia mexicana, a maior parte da população passou a viver nas cidades e a política agora fazia parte da vida dos trabalhadores (HABER; VARELA, 2016).

Em 1965, foi instalado o Programa de Industrialização da Fronteira, que converteu a região norte, a mais pobre do México, em uma zona franca importante de exportação de manufaturas com matérias-primas e importações livres de impostos e de propriedade estrangeira, com a instalação de maquiladoras (LÓPEZ, 2004 *apud* JUÁREZ; BENÍTEZ, 2010). Para Hanson (1997 *apud* JUÁREZ; BENÍTEZ, 2010), apesar das contradições geradas entre norte e sul mexicano, a presença de atividades produtivas desse tipo na fronteira norte levam ao fortalecimento econômico, uma vez que promovem uma abertura comercial vantajosa para o México e também servem para atender os interesses estadunidenses.

Esse grande crescimento desencadeou crises na década de 1970, decorrentes

de problemas não solucionados da década de 1960. Dentre eles, destaca-se a incapacidade de continuar um processo de desenvolvimento tão intenso, que promovesse transformações no meio econômico, sem que houvesse mudanças nas demais antigas estruturas, principalmente a política (CÁRDENAS, 2015).

Segundo Cárdenas (2015), a política protecionista característica desse período, bem como a política de substituição de importações, apesar de positivas, atingiram seus limites com o decorrer das décadas. O papel do governo no crescimento econômico teve consequências negativas no longo prazo, contribuindo para um grande aumento inflacionário e para um endividamento considerável, devido aos excessos orçamentários que se tornaram insustentáveis a partir de 1970, quando emergiu a crise econômica (CÁRDENAS, 2015).

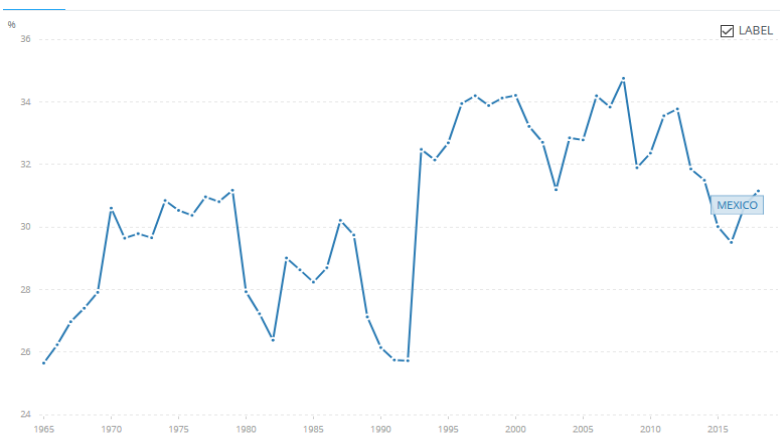
No início dos anos 1980, a economia mexicana encontrava-se em situação grave, com a eleição de Miguel de la Madrid, que iniciou uma política macroeconômica majoritariamente de caráter ortodoxo, caracterizada pelo aumento dos impostos, diminuição dos subsídios e pelo corte de gastos. Tal sistema se mostrou muito efetivo em um primeiro momento, evitando a quebra de um número expressivo de indústrias e empresas. No entanto, em 1987 as dívidas já haviam alcançado os mesmos níveis anteriores. O setor privado, em especial as indústrias, sofreu com esses resultados, uma vez que as medidas governamentais anteriores haviam gerado uma desconfiança generalizada entre os setores da economia (CÁRDENAS, 2015).

A assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) em 1994 é resultado de um período de instabilidade vivenciado pela economia mexicana, fruto do esgotamento do modelo de industrialização baseado na substituição de importações, de um elevado déficit fiscal, além da onda inflacionária combinada à queda internacional dos preços do petróleo. Tudo isso, além de resultar nos acordos entre México e EUA, foram responsáveis pela abertura comercial e pela liberalização financeira que visavam dinamizar a economia mexicana, a qual, devido a estagnação, acumulava dívidas (MONTENEGRO; MENDOZA, 2015).

Há uma significativa diversificação na indústria mexicana, que representava 30% do PIB em 2015 e se encontra estável desde então. A maior parte da produção está voltada para o mercado externo, sendo 73% das exportações destinadas aos EUA. Os principais bens exportados são: carros, que representam 11% de todas

as exportações, peças de reposição (6,7%), computadores (5,4%) e petróleo cru (4,7%) (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2017).

Figura 2 – Indústria (incluindo construção) como porcentagem do PIB



Fonte: WORLD BANK, 2019.

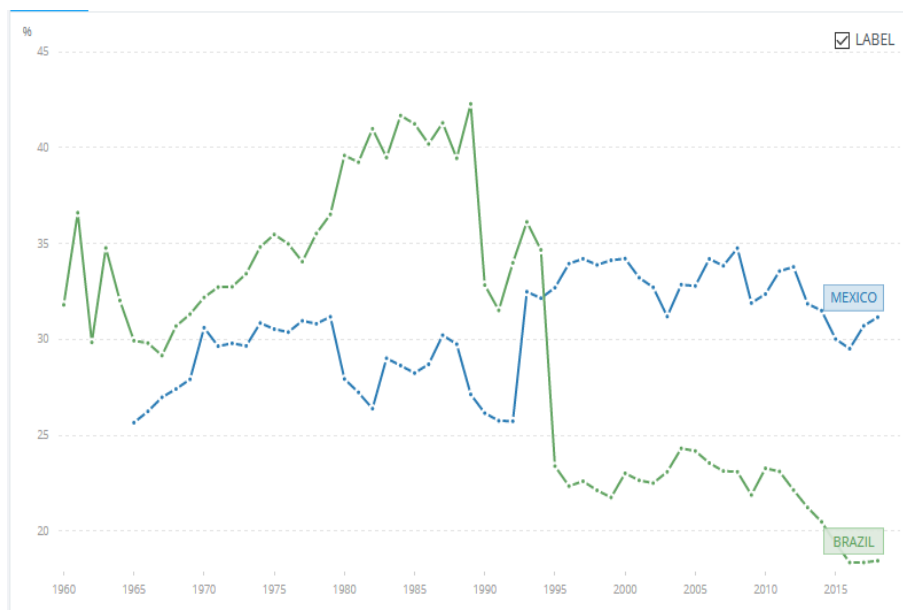
5 Análise Comparativa

Ao analisar os dois casos, é possível notar diversas semelhanças, tanto no processo que levou à industrialização e como essa se desenvolveu, quanto no perfil do setor industrial do Brasil e do México. Ressalta-se, então, o fato das composições das economias pós-independência serem majoritariamente ditadas pelas elites agricultoras, abrindo espaço para o surgimento substancial da indústria a partir da Segunda Guerra Mundial através das políticas de substituição de importações (CARDOSO; FALLETO, 1970).

Verifica-se também o acelerado nível de crescimento econômico acompanhado de um crescimento industrial durante os chamados “milagres econômicos”, tanto os brasileiros (1955-1960, 1968-1973) quanto o mexicano (1940-1970). Podendo observar neles a clara presença do governo e seu papel preponderante na proteção e no fomento à indústria. Nota-se, em ambos, cenários de crise dos anos

80 e 90, semelhanças no perfil das lideranças e as suas tentativas de controlar a inflação e a dívida através de medidas liberais ortodoxas (ALMEIDA, 2005).

Figura 3 – Indústria (incluindo construção) como porcentagem do PIB



Fonte: WORLD BANK, 2019.

Considerando que os processos históricos de formação das economias nacionais aqui comparadas não apresentam diferenças marcadas, é importante considerar os perfis das respectivas indústrias. A maior diferença se dá, potencialmente, a dois fatores: a presença das mencionadas indústrias maquiladoras, que contribuem para que a participação da eletrônica na composição da indústria mexicana seja maior que 30% e estando atrás apenas dos EUA e das potências econômicas asiáticas (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2019). Esse fato contribui para que haja, no México, uma maior possibilidade de investimento, além de menor elasticidade frente às prospecções atuais da economia mundial (LEVET, 2012), mesmo que se trate de uma produção efêmera em termos do multiplicador keynesiano, já que as matérias-primas são importadas e os bens finalizados são exportados.

O segundo fator diz respeito à fronteira com os EUA, ou seja, aos acordos de livre comércio, como o antigo NAFTA, e agora o Acordo Estados

Unidos-México-Canadá (USMCA), que disponibilizam ao México uma grande demanda e mercado consumidor, mesmo que isso o deixe suscetível às instabilidades que acompanham, como na crise de 2009 (MONTENEGRO; MENDOZA, 2015). Seria a diferenciação entre os perfis da indústria o fator determinante quando comparadas as situações industriais das duas maiores economias da América Latina?

Há também as visões de Levet (2012) e de Loures, Oreiro e Passos (2006) de que a desindustrialização no Brasil seria decorrência dos processos internos e das relações entre o governo e os grupos de pressão como as grandes empresas e o setor financeiro. Essas acarretariam na manipulação da economia para que ela servisse aos interesses dos grupos supracitados em detrimento, não só imediato, do salário e das regulamentações, como de um projeto maior de contínua industrialização e crescimento do país. Há argumentos para que se considere que a desindustrialização no Brasil é apenas relativa e temporária, no entanto, ao considerar a preservação de setores de tecnologia de ponta e a capacidade de ampliação da produtividade e das exportações, atenta-se ao fato de que a situação é, no mínimo, remediável (ALMEIDA, 2005).

Porém, há quem argumente, como Bresser-Pereira e Marconi (2009), que o Brasil vem sofrendo um tipo de doença holandesa mais sutil, não tão aparente como nos países exportadores de petróleo, e que, portanto, haveria um aumento da participação do setor agrícola no PIB em detrimento do setor industrial, alegando que o Brasil estaria se tornando a “fazenda do mundo”. Entretanto, ao observar a tabela 1, verifica-se que a participação da agricultura no PIB se mantém estável, enquanto o aumento mais expressivo é, de fato, do setor de serviços (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2009).

6 Conclusão

A partir das análises dos históricos econômicos e atuais perfis das indústrias brasileira e mexicana, juntamente com uma breve comparação, pode-se depreender do trabalho que os dois apresentam trajetórias similares no que tange ao desenvolvimento econômico e industrial, e que há uma forte diferenciação nos perfis atuais das duas indústrias devido a fatores, não só econômicos, mas geográficos e conjunturais. Interpretando essa análise de forma positivista e cartesiana, considera-se

a diferenciação da composição do próprio setor industrial como o fator decisivo para a existência ou não de uma desindustrialização.

Porém, fazendo uma avaliação mais nuançada, podemos considerar que a mera observação e elencação da formação econômica e de dados macroeconômicos não são suficientes para alcançar o objetivo de explicar um fenômeno tão complexo quanto a desindustrialização. Cabe, então, recorrer, mesmo de forma limitada e cautelosa, à teorização alternativa em relação à mesma. Seguindo essa linha, é possível concluir que, assim como no século XX, onde grupos de pressão internos, com conivência do governo, foram responsáveis, não deliberadamente, pela criação das condições favoráveis ao surgimento da indústria, agora, outros grupos de pressão estariam reproduzindo os mesmos passos ao criar as condições que levaram ao atrofamento da indústria brasileira.

Recent Industrial Development in Latin America: Comparative Study between Mexico and Brazil

Abstract: The present study seeks to analyze different patterns of recent industrial development in Latin America, especially to understand the premature deindustrialization in Brazil when compared to a country that does not present the same trend, Mexico. First, it is needed to bring the theories on deindustrialization in order to better understand the phenomenon. Data and statistics concerning the macroeconomy, GDP and industrial sector of the selected countries will be collected, with the objective of identifying the causes and determinants of the phenomenon. Finally, we seek to analyze historical and political factors that contribute to this divergence, considering the relative growth of the industrial sector in the Mexican GDP and the atrophiation of the same in Brazil in the last decade.

Keywords: Brazil. Mexico. Latin America. Industry. Deindustrialization. Macroeconomics.

Referências

ALMEIDA, Júlio. **Ocorreu uma Desindustrialização no Brasil?**. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2005.

BOST, François; MESSAOUDI, Dalila. La désindustrialisation: quelles réalités dans le cas français?. **Revue Géographique de l'Est**, Online, v. 57, p. 1-21, nov. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rge/6333>. Acesso em: 03 out. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. **Doença Holandesa e Desindustrialização**. São Paulo: Valor Econômico, 2009.

CÁRDENAS, Enrique. La Economía Mexicana en el Dilatado Siglo XX, 1929-2009. *In*: FICKER, Sandra. **História econômica general de México: De la Colonia a nuestros días**. Mexico, C.A: El Colegio del México, 2015. p. 503-548.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World FactBook, 2019**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mx.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1961.

FURTADO, Celso. **La Nueva Dependencia: Deuda Externa y Monetarismo**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

FURTADO, Celso. **Economic Development of Latin America**. 2ª. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HABER, Stephen; VARELA, Laura. **La industrialización de Mexico**. México C.A: Colegio de Mexico, 2016.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). *In*: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. São Paulo: Editora Elsevier, 2011. p. 69-92.

HOBSBAWM, Eric. **Industry and Empire**. London: Penguin, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Participação dos Setores no PIB (em %) - 1947 a 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://economiadeservicos.com/tag/pib/>. Acesso em: 8 jul. 2019.

JUÁREZ, Isaac; BENÍTEZ, Edgar. Industria manufacturera y crecimiento económico en la frontera norte de México. **Región y sociedad - Hermosillo**, v. 22, n. 49, p. 45-89, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-39252010000300003. Acesso em: 03 out. 2020.

KEHOE, Timothy; MEZA, Felipe. **Catch-up Growth Followed by Stagnation: Mexico, 1950–2010**. Minneapolis: Federal Reserve Bank of Minneapolis, 2012.

KNIGHT, Alan. The peculiarities of Mexican History: Mexico Compared to Latin America, 1821-1992. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 24, p. 99-144, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/156948?seq=1>. Acesso em: 03 out. 2020.

LEVET, Jean-Louis. **Réindustrialisation, j'écris ton nom**. Paris: Jean Jaurès Fondation, 2012.

LOURES, Rodrigo; OREIRO, José; PASSOS, Carlos Artur. Desindustrialização: a crônica da servidão consentida. **Revista Economia e Tecnologia**, Online, v. 04, p. 19-26, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/28936/18905>. Acesso em: 03 out. 2020

MONTENEGRO, Jesús; MENDOZA, Abdiel. La economía mexicana, un lento proceso de reestructuración. **Economía Informa**, Mexico C.A, v. 392, p. 47-64, maio/jun. 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0185084915000146>. Acesso em: 03 out. 2020.

PEREIRA, Cláudia. Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. p. 1-9. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=171. Acesso em: 04 jan. 2021.

RODRIK, Dani. **Premature deindustrialization**. New York: Springer Media, 2015.

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Growth, Trade, and Deindustrialization. **IMF Staff Papers**, Online, v. 46, n. 1, p. 18-41, mar. 1999. Disponível em: <https://www.imf.org/external/Pubs/FT/staffp/1999/03-99/rowthorn.htm>. Acesso em: 03 out. 2020.

SAEGER, Steven. Globalization and Deindustrialization: Myth and Reality in the OECD. **Review of World Economics**, Online, v. 133, p. 579-608, dez. 1997. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02707404>. Acesso em: 03 out. 2020.

SALAMA, Pierre. Brésil: un Tournant? Considérations sur l'industrialisation et la désindustrialisation. **Revue Tiers Monde**, Online, v. 115, p. 991-1006, jul.-set. 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/tiers_0040-7356_1988_num_29_115_3733. Acesso em: 03 out. 2020.

SANTOS, Artur Tranzola. Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/3860>. Acesso em: 03 out. 2020.

SARAIWA, Renato. O conceito de Centros de Decisão Econômica nas obras de Celso Furtado: um esforço de formalização teórica e de aplicação prática na análise das relações internacionais. In: **1º Seminário Internacional de Ciência Política**, 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. **Desenvolvimento e Igualdade**. Edição Especial. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Mexico Exports**, 2017. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/es/profile/country/mex/#Exportaciones>. Acesso em: 8 jul. 2019.

VIANNA, Sérgio; VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. São Paulo: Editora Elsevier, 2011. p. 21-44 .

WALTON, John. Theory and Research on Industrialization. **Annual Review of Sociology**, Online, v. 13, p. 89-108, 1987. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.so.13.080187.000513> Acesso em: 04 jan. 2021.

WORLD BANK. **DataBank**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/home.aspxdatabank>. Acesso em: 08 jul. 2019.